
Texto para Discussão

Fundação João Pinheiro

REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE BELO HORIZONTE SOB A ÓTICA DO ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IMRS): uma análise exploratória¹

Ester Carneiro C. Santos

Belo Horizonte, 2021

TEXTO PARA DISCUSSÃO n. 17

REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE BELO HORIZONTE SOB A ÓTICA DO ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IMRS): uma análise exploratória¹

Ester Carneiro C. Santos

Belo Horizonte
2021

¹ Este texto conta com cuidadosas observações, revisões, e com o aprendizado diário junto aos pesquisadores da Coordenação de Indicadores Sociais da Diretoria de Estatísticas e Informações (CIS/DIREI), Igor Augusto Tadeu de Souza, Fernando Prates, Max Melquíades da Silva, Mônica Galupo Fonseca Costa, Priscilla de Souza da Costa Pereira e Vera Scarpelli Castilho, aos quais presto meus sinceros agradecimentos. Estendo também os agradecimentos à três revisores anônimos, membros do conselho editorial da FJP. Erros são de responsabilidade exclusiva da autora.

GOVERNADOR

Romeu Zema Neto
Vice-governador
Paulo Eduardo Rocha Brant

SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Luísa Cardoso Barreto

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente
Helger Marra Lopes
Vice-presidente
Mônica Moreira Esteves Bernardi

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Ester Carneiro C. Santos

Preparação de originais

Ana Paula da Silva
Deysiane Marques Franco
Rafaela Santos Oliveira

Capa

Bárbara Andrade

TEXTO PARA DISCUSSÃO

São textos que visam divulgar trabalhos preliminares. Possuem o objetivo de compartilhar ideias e obter comentários, críticas e sugestões.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias
Bairro São Luiz Pampulha
Belo Horizonte - Minas Gerais
CEP 31275.150

Telefones: (31) 3448.9580 e 3448.9561

www.fjp.mg.gov.br

Email: comunicacao@fjp.mg.gov.br.

Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio, desde que citada a fonte. Disponível também em: www.fjp.mg.gov.br

S237r

Santos, Ester Carneiro C.

A região geográfica intermediária de Belo Horizonte sob a ótica do índice mineiro de responsabilidade social (IMRS): uma análise exploratória / Ester Carneiro C. Santos. – Belo Horizonte: FJP, 2021.

29p. : il. (Texto para discussão. Fundação João Pinheiro; n. 17)

1. Pesquisa social – Minas Gerais. I. Título. II. Série.

CDU 303.1(815.1)

RESUMO

O presente trabalho visa discutir alguns aspectos ligados à questão das condições de vida da população da Região Geográfica Intermediária (RGIInt) de Belo Horizonte, por meio da ótica do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), da Fundação João Pinheiro (FJP), construído para o ano de 2018. A análise de aspectos não estritamente econômicos permite apontar em quais outras dimensões os municípios da região podem investir em melhorias, para aprimorar o desempenho da região como um todo, com ganhos para sua população. Ou alternativamente, prover esforços e investimentos para garantir a manutenção de seu bom desempenho. Como principais resultados, pode-se destacar que a região, embora apresente desempenho econômico superior à realidade estadual, quando analisada em termos de outras dimensões, como saúde e segurança pública, apresenta performance pior que aquele. Por outro lado, em outras dimensões como cultura e esporte; meio ambiente e saneamento; educação e vulnerabilidade, a região apresenta desempenho superior ao estado.

Palavras-chave: Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte. Indicadores sociais.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-------|---|
| CIS | Coordenação de Indicadores Sociais |
| Direi | Diretoria de Estatísticas e Informações |
| FJP | Fundação João Pinheiro |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IMRS | Índice Mineiro de Responsabilidade Social |
| INPI | Instituto Nacional de propriedade intelectual |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| Rais | Relação Anual de Informações Sociais |
| RGInt | Região Geográfica Intermediária |
| VAB | Valor Adicionado Bruto |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 O ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IMRS) | 8 |
| 3 A REGIÃO INTERMEDIÁRIA (RGINT) DE BELO HORIZONTE PELA ÓTICA DO IMRS 2018 | 12 |
| 3.1 O índice IMRS e suas dimensões: possibilidades de análise e alguns resultados | 16 |
| 4 ALGUMAS ESPECIFICIDADES DAS DIMENSÕES DO IMRS NA RGINT DE BELO HORIZONTE ... | 20 |
| 5 BREVE DISCUSSÃO SOBRE OS FATORES QUE PODEM ESTAR RELACIONADOS À DINÂMICA DO ÍNDICE IMRS: PROSPECÇÃO PARA ESTUDOS FUTUROS E LIMITAÇÕES DO ÍNDICE | 22 |
| 6 CONCLUSÕES | 24 |
| REFERÊNCIAS | 25 |
| APÊNDICE A – Indicadores e pesos dos indicadores que compõem o IMRS | 27 |
| APÊNDICE B | 29 |

1 INTRODUÇÃO

A RGInt² de Belo Horizonte é a região de Minas Gerais que se destaca no estado por seu desempenho econômico. Composta por 74 municípios³, onde vivem 6,2 milhões de pessoas (29,6% da população do estado), em 2018, a região teve participação em 36,8 % do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, sendo responsável, sozinha, por mais de 40% de seu Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial. No mesmo período, seu PIB per capita correspondeu a 124% do PIB per capita estadual, e em 2020 foi responsável por 40,4% do total das exportações do estado. Pode-se afirmar que a região é o maior polo econômico do estado (FJP, 2021a, 2021b, 2021c). Belo Horizonte, sua cidade mais populosa, possui a maior concentração de centros de pesquisa de Minas Gerais, e entre 2000 e 2017 foi a quarta cidade brasileira que mais depositou patentes junto ao Instituto Nacional de propriedade intelectual (INPI) (RAIS; INPI).

Embora essas informações sejam muito relevantes, também é necessário analisar as condições de vida da população residente. Isso porque apenas o desempenho econômico pode não refletir algumas carências populacionais adequadamente. Situação essa que precisa ser analisada para além dos indicadores econômicos tradicionais, como a questão da distribuição de renda, do acesso a rede de saneamento básico, da segurança pública, dos níveis de pobreza, da desigualdade, etc. Esses outros aspectos estão muito relacionados à questão do bem-estar social e do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, em como o desempenho econômico tem sido acompanhado ou não por ganhos, em termos de qualidade das condições de vida de sua população.

É possível crescer sem se desenvolver. Uma parcela da população pode ser excluída dos ganhos do desenvolvimento econômico. Ademais, embora ganhos econômicos sejam desejáveis, se eles forem concentrados e não gerarem bem-estar para a maioria da população, tais condições podem se tornar um fator limitante ao próprio crescimento econômico no em longo prazo (FURTADO, 1961).

² As Regiões Geográficas Intermediárias (RGInt) surgiram no bojo da revisão da Divisão Regional do Brasil, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017. Foram criadas a partir da revisão das unidades mesorregionais. E, nessa nova divisão, cada RGInt foi nomeada com o nome do município-polo de maior hierarquia urbana. Para mais detalhes sobre essa revisão da Divisão Regional do Brasil, ver IBGE (2017).

³ [1] Araçá, [2] Augusto de Lima, [3] Baldim, [4] Barão de Cocais, [5] Belo Horizonte, [6] Betim, [7] Bom Jesus do Amparo, [8] Brumadinho, [9] Buenópolis, [10] Cachoeira da Prata, [11] Caetanópolis, [12] Caeté, [13] Capim Branco, [14] Carmésia, [15] Catas Altas, [16] Conceição do Mato Dentro, [17] Confins, [18] Congonhas do Norte, [19] Contagem, [20] Cordisburgo, [21] Corinto, [22] Curvelo, [23] Esmeraldas, [24] Felixlândia, [25] Ferros, [26] Florestal, [27] Fortuna de Minas, [28] Funilândia, [29] Ibirité, [30] Igarapé, [31] Inhaúma, [32] Inimutaba, [33] Itabira, [34] Itabirito, [35] Itambé do Mato Dentro, [36] Jaboticatubas, [37] Jequitibá, [38] Juatuba, [39] Lagoa Santa, [40] Mariana, [41] Mário Campos, [42] Mateus Leme, [43] Matozinhos, [44] Moeda, [45] Monjolos, [46] Morro da Garça, [47] Morro do Pilar, [48] Nova Lima, [49] Nova União, [50] Ouro Preto, [51] Paraopeba, [52] Passabém, [53] Pedro Leopoldo, [54] Presidente Juscelino, [55] Prudente de Moraes, [56] Raposos, [57] Ribeirão das Neves, [58] Rio Acima, [59] Sabará, [60] Santa Bárbara, [61] Santa Luzia, [62] Santa Maria de Itabira, [63] Santana de Pirapama, [64] Santana do Riacho, [65] Santo Antônio do Rio Abaixo, [66] Santo Hipólito, [67] São Joaquim de Bicas, [68] São José da Lapa, [69] São Sebastião do Rio Preto, [70] Sarzedo, [71] Sete Lagoas, [72] Taquaraçu de Minas, [73] Três Marias, [74] Vespasiano.

Por exemplo, regiões com altas taxas de criminalidade acabam por afugentar negócios que poderiam gerar ganhos ao território. Similarmente, sem um adequado investimento em educação, não é formada uma mão de obra capaz de ingressar em setores mais tecnologicamente avançados, que são os mais dinâmicos, mais lucrativos e que possuem maiores níveis de produtividade e de salários.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende observar algumas dessas questões que teriam o potencial de frear um adequado desenvolvimento econômico na região. Esses aspectos são, contudo, multifacetados e não possuem uma fácil observação. Faz-se necessária a análise de um amplo conjunto de indicadores que sejam comparáveis em relação às demais regiões do estado.

A fim de facilitar a investigação, será utilizado o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), formulado pela FJP, que apresenta esses aspectos por meio de um índice sintético, que reúne 42 indicadores distribuídos em seis dimensões e que permite um ranqueamento dos municípios mineiros. O IMRS permite uma visão mais abrangente dos aspectos não estritamente econômicos que permeiam a realidade dessa região tão relevante para o estado de Minas Gerais. O principal benefício da utilização de um índice sintético, em vez da análise de cada indicador separadamente, é o fornecimento de um resumo ao olhar sobre a temática em análise, que permite uma análise posterior de alguns aspectos mais específicos, de forma mais focalizada.

Com essa finalidade, este texto para discussão está dividido em três seções para além desta introdução. Na segunda seção, é apresentada brevemente a metodologia do IMRS. Na terceira seção, são discutidos os principais resultados apresentados por este índice para a RGInt de Belo Horizonte, dando destaque para a distribuição dos municípios dentro do índice, em comparação com a realidade estadual. Na última seção, as conclusões da análise são apresentadas.

2 O ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IMRS)

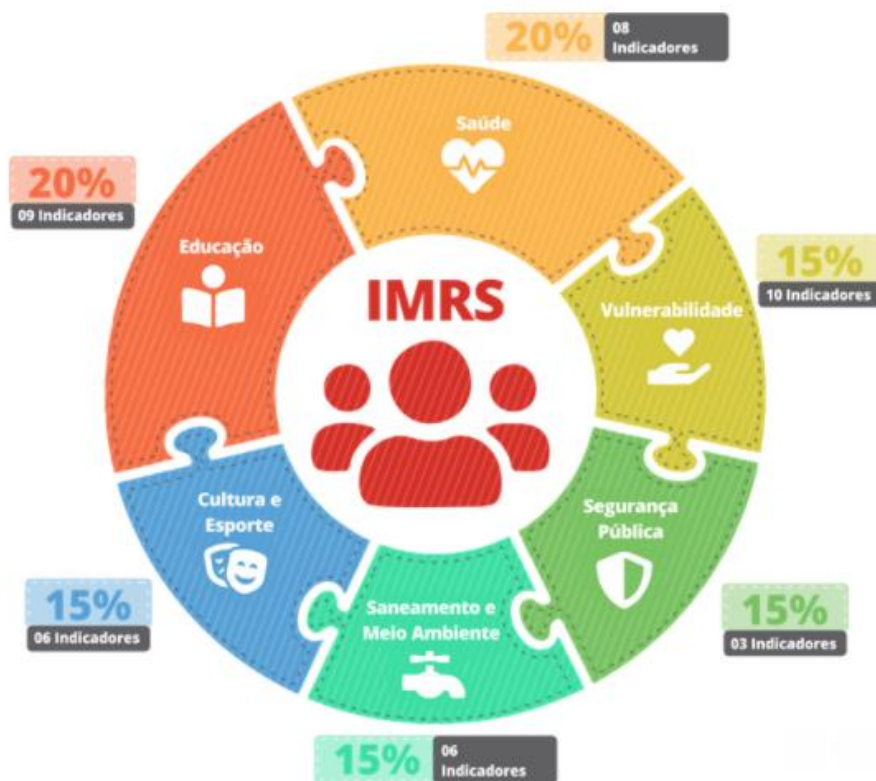
O IMRS teve início em 2005, com a promulgação da Lei nº 15.011 de 15 de janeiro de 2004, que propôs a criação do índice bienal e delegou à FJP a tarefa de produzi-lo (MINAS GERAIS, 2004). A partir de então, foram selecionados indicadores divididos em diversas dimensões relacionadas que refletissem a responsabilidade da administração pública, das empresas e dos cidadãos no tocante às questões sociais. O IMRS passou por diversas mudanças em seu agrupamento de indicadores ao longo dos últimos anos, a fim de garantir que novos indicadores mais bem relacionados à temática estivessem sempre presentes no índice, além de impedir a ausência de informações quando do término da disponibilização de determinado indicador para a temática em análise.

Cumprе salientar que a metodologia de construção do índice foi aperfeiçoada por meio de discussões com especialistas de cada dimensão ao longo dos últimos quinze anos. Todo esse histórico metodológico, bem como a identificação das equipes que participaram dessa construção, encontram-se disponíveis na plataforma do IMRS, em sua seção de acervo. Ademais, a plataforma do IMRS extrapola a construção do índice, possuindo mais de 700 indicadores para todos os municípios de Minas Gerais, com dados a partir de 2000.

No formato atual, edição de 2020, o IMRS é formado por 42 indicadores, subdivididos em seis dimensões, a saber: a) saúde, b) educação, c) vulnerabilidade, d) cultura e esporte, e) saneamento e meio ambiente e f) segurança pública. Cada dimensão possui seu respectivo peso no cálculo final do índice. A Figura 1 aponta esquematicamente a composição do IMRS, indicando o peso das dimensões e o quantitativo de indicadores em cada dimensão⁴.

⁴ A lista completa dos indicadores por dimensão se encontra no Apêndice A.

Figura 1: Dimensões dos indicadores do IMRS 2018 e seus pesos



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [2005].

A principal fonte de informação utilizada na construção do IMRS é constituída pelos registros administrativos⁵, única fonte disponível com abrangência municipal e maior periodicidade. Também são utilizadas informações de registro civil e o censo demográfico. Para garantir mais adequação e uniformidade ao índice gerado, cada indicador no índice IMRS é calculado por meio das médias dos três últimos anos analisados. Por exemplo, no caso do IMRS 2018, seus índices foram calculados pela média simples dos indicadores referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019.

Tomados esses indicadores (a média trienal de cada indicador selecionado em cada dimensão), é realizada uma normalização dos mesmos, a fim de transformá-los em valores entre zero e um. Para tanto utiliza-se a seguinte fórmula: $(\text{valor observado} - \text{pior valor}) / (\text{melhor valor} - \text{pior valor})$. Na definição dos valores “melhor” e “pior”, foram considerados padrões existentes, metas

⁵ Segundo Senra (1996) registros administrativos são registros individuais, não apenas de pessoas sobre pessoas, mas também sobre empresas, transações comerciais, dentre outros, que dizem respeito ao agir administrativo. Constituem registros administrativos as prestações de contas anuais das prefeituras, as ocorrências policiais, os guias de atendimentos médico-hospitalares, os registros dos programas de imunização e vigilância epidemiológica, os registros de matrícula escolar, etc. Estes registros são importantes fontes de informação e tem o potencial de se tornarem indicadores relevantes para análises e pesquisas.

governamentais e/ou a distribuição dos valores observados⁶. Já o índice de cada dimensão é obtido pela média ponderada dos índices dos indicadores selecionados de cada tema. Os pesos são definidos arbitrariamente, conforme a relevância do tema para composição do índice.

Por fim, o IMRS é uma média ponderada dos índices de cada dimensão com valores que variam entre 0 e 1. Os pesos definidos para cada dimensão e indicador estão registrados no Apêndice A. Quanto mais próximo de 1, melhor a situação do município; quanto mais próximo de 0, pior.

Formalmente:

[I] Normalização dos indicadores em cada dimensão e em cada município

$$I_{ij} = [(\bar{X}_{ij} - P_i) / (M_i - P_i)]$$

Onde:

\bar{X} = valor observado da média trienal do indicador

I = indicador normalizado

I = cada indicador

J = cada município

P = pior valor M= melhor valor

[II] Média ponderada dos Indicadores normalizados por dimensão

$$J_{uj} = \Sigma(I_{ij} * p_i) / \Sigma p_i$$

J = índice da dimensão

I = indicador normalizado

I = cada indicador

J = cada município

u = cada dimensão

p = peso

[III] índice IMRS final

$$IMRS_j = \Sigma(J_{uj} * P_u) / \Sigma P_u$$

⁶ Na plataforma do IMRS, em sua seção metodológica podem ser encontrados os limites definidos para cada indicador.

Onde:

IMRS = índice final do IMRS

J = índice da dimensão

u = cada dimensão

j = cada município

P = peso

Sendo que para o IMRS:

u = 6

I = 42

J = 853 (ou seja, 6 dimensões, 42 indicadores e 853 municípios)

Na próxima seção, a RGInt de Belo Horizonte será analisada pela ótica do IMRS 2018 e suas dimensões.

3 A REGIÃO INTERMEDIÁRIA (RGINT) DE BELO HORIZONTE PELA ÓTICA DO IMRS 2018

Como uma primeira observação sobre a posição dos municípios dentro do índice IMRS, tem-se a Tabela 1 que relaciona os municípios com os melhores e os piores índices do IMRS na RGInt. Nota-se que há pouca variabilidade entre os índices dentro da região: o município com a pior colocação na região, Taquaraçu de Minas, apresenta um valor de 0,460, enquanto o município com o melhor índice, Itabirito, tem um valor relacionado de 0,736.

Tabela 1: A Região Intermediária (RGInt) de Belo Horizonte: os 10 municípios com os melhores e os piores índices IMRS 2018

| Colocação | Municípios com piores índices da RGInt BH | Índice IMRS | Municípios com melhores índices da RGInt BH | Índice IMRS |
|-----------|---|-------------|---|-------------|
| 1 | Taquaraçu de Minas | 0,460 | Itabirito | 0,736 |
| 2 | São Sebastião do Rio Preto | 0,479 | Belo Horizonte | 0,724 |
| 3 | Morro do Pilar | 0,495 | Catas Altas | 0,707 |
| 4 | Esmeraldas | 0,497 | Itabira | 0,701 |
| 5 | Santo Antônio do Rio Abaixo | 0,511 | Barão de Cocais | 0,689 |
| 6 | Passabém | 0,514 | Ouro Preto | 0,688 |
| 7 | Felixlândia | 0,517 | Mário Campos | 0,683 |
| 8 | Augusto de Lima | 0,521 | Sete Lagoas | 0,678 |
| 9 | Santo Hipólito | 0,523 | Nova Lima | 0,671 |
| 10 | Juatuba | 0,529 | Mariana | 0,670 |

Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [2005].

Elaboração própria.

Nota: BH: Belo Horizonte. IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. RGInt: Região Intermediária.

A fim de mostrar, de forma simplificada, a situação dos municípios da região segundo o IMRS e suas dimensões, serão analisados de forma mais detida aqueles que possuem os piores valores dos índices, que denominaremos de carentes e aqueles que possuem os melhores valores, denominados afluentes. Nesse formato metodológico, primeiramente se divide os municípios de Minas Gerais em quatro grupos. Cada um reúne aproximadamente 213 municípios, ordenados de acordo com sua pontuação no IMRS. No último grupo de municípios (que possui 25% dos piores valores do IMRS encontrados no estado ou o último quartil da distribuição), verifica-se o maior valor observado do índice, que será o valor de corte. Todos os municípios que possuem valores menores ou iguais ao valor de corte são denominados municípios carentes.

O mesmo procedimento é realizado para os municípios com os melhores índices do IMRS, que são chamados de afluentes. Esses, porém, encontram-se no grupo dos municípios com os cerca de 25% melhores valores do IMRS (primeiro quartil da distribuição), cujo valor de corte é o menor valor observado dentro do grupo. E o mesmo procedimento é realizado para todas as dimensões do IMRS e seus indicadores constituintes. Essa metodologia de análise, que criou os termos carente e afluente, foi elaborada pela equipe da Coordenação de Indicadores Sociais (CIS), da Diretoria de Estatísticas e Informações (Direi) da FJP, para ser utilizado em seus informativos periódicos (FJP, 2021c).

O Mapa 1 aponta os municípios carentes e afluentes da RGInt, segundo o IMRS, com base nessa metodologia.

A Tabela 2 aponta alguns resultados interessantes. Em suas duas primeiras colunas, são apresentados os percentuais de municípios carentes em cada RGInt do estado e para o total de Minas Gerais, tanto em termos populacionais quanto em relação ao quantitativo de municípios. Nas duas últimas, são apresentadas as mesmas informações, mas relacionadas aos municípios com os melhores índices do IMRS (afluentes). Observa-se que, em Minas Gerais, apenas 10,3% da população vive em municípios considerados carentes, enquanto na RGInt de Belo Horizonte esse percentual populacional é ainda menor: apenas 3,4% da população de sua região. Percentuais tão baixos assim em outras RGInt podem ser observados apenas em Barbacena (2%), Varginha (0,6%), Pouso Alegre (0,4%) e Uberaba (2%).

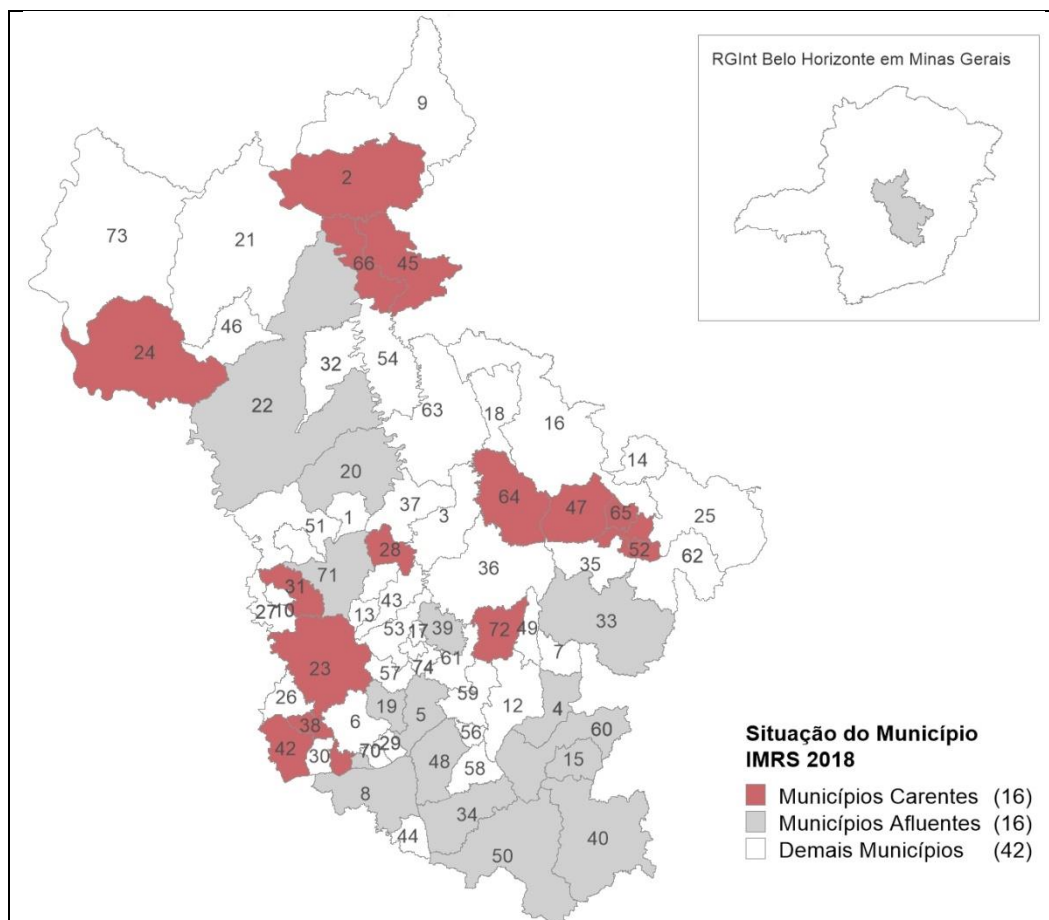
Interessante também notar que 58,4% da população do estado vive em municípios considerados afluentes e, como já assinalado, apenas 10,3% em municípios considerados carentes (vide as primeiras linhas da TABELA 2). Mesmo sendo uma medida relativa, ter uma parcela pequena de pessoas em municípios com IMRS tão baixo pode ser considerado um ponto positivo para o estado.

Na RGInt de Belo Horizonte, estão localizados 7,5% dos municípios do estado considerados carentes e apenas 9,7% da população do estado que vive em municípios carentes; por outro lado, a RGInt concentra 7,5% dos municípios afluentes do estado e 33,2% da população estadual que vive em municípios considerados afluentes. Há, portanto, uma parcela expressiva da população mineira vivendo em melhores condições de vida nessa RGInt, em termos relativos.

Quando se considera a população dentro da RGInt de Belo Horizonte vivendo em municípios afluentes, esse percentual é ainda mais expressivo: 65,3% da população vive em municípios que possuem maiores pontuações no IMRS. Essa população se encontra concentrada em poucos municípios, 21,6% do total de municípios da região.

As RGInt que possuem mais concentração de população em municípios afluentes, excluindo da análise a RGInt de Belo Horizonte, são as de Uberlândia (85,1%), Patos de Minas (62,7%), Uberaba (68,4%), Varginha (68,3%) e Pouso Alegre (68,4%).

Mapa 1: Distribuição dos municípios carentes e afluentes da Região Intermediária (RGInt) de Belo Horizonte segundo o IMRS-2018



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021c, p. 2.

Notas: Lista de Municípios: [1] Araçá, [2] Augusto de Lima, [3] Baldim, [4] Barão de Cocais, [5] Belo Horizonte, [6] Betim, [7] Bom Jesus do Amparo, [8] Brumadinho, [9] Buenópolis, [10] Cachoeira da Prata, [11] Caetanópolis, [12] Caeté, [13] Capim Branco, [14] Carmésia, [15] Catas Altas, [16] Conceição do Mato Dentro, [17] Confins, [18] Congonhas do Norte, [19] Contagem, [20] Cordisburgo, [21] Corinto, [22] Curvelo, [23] Esmeraldas, [24] Felixlândia, [25] Ferros, [26] Florestal, [27] Fortuna de Minas, [28] Funilândia, [29] Ibirité, [30] Igarapé, [31] Inhaúma, [32] Inimutaba, [33] Itabira, [34] Itabirito, [35] Itambé do Mato Dentro, [36] Jaboticatubas, [37] Jequitibá, [38] Juatuba, [39] Lagoa Santa, [40] Mariana, [41] Mário Campos, [42] Mateus Leme, [43] Matozinhos, [44] Moeda, [45] Monjolos, [46] Morro da Garça, [47] Morro do Pilar, [48] Nova Lima, [49] Nova União, [50] Ouro Preto, [51] Paraopeba, [52] Passabém, [53] Pedro Leopoldo, [54] Presidente Juscelino, [55] Prudente de Morais, [56] Raposos, [57] Ribeirão das Neves, [58] Rio Acima, [59] Sabará, [60] Santa Bárbara, [61] Santa Luzia, [62] Santa Maria de Itabira, [63] Santana de Pirapama, [64] Santana do Riacho, [65] Santo Antônio do Rio Abaixo, [66] Santo Hipólito, [67] São Joaquim de Bicas, [68] São José da Lapa, [69] São Sebastião do Rio Preto, [70] Sarzedo, [71] Sete Lagoas, [72] Taquaraçu de Minas, [73] Três Marias, [74] Vespasiano.

BH: Belo Horizonte. IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. RGInt: Região Intermediária.

Tabela 2: Distribuição da população e dos municípios com os melhores e os piores (carentes e afluentes) índices IMRS 2018: Minas Gerais e suas Regiões Intermediárias (RGInt)

| RGInt/ MG | | IMRS | | | |
|-----------------------------|--------------|---------------------------|---------|------------------------------|---------|
| | | Piores índices (Carentes) | | Melhores índices (afluentes) | |
| | | % DA RGINT BH | % DE MG | % DA RGINT BH | % DE MG |
| MG | % Municípios | 25,0 | 100,0 | 25,1 | 100,0 |
| | % População | 10,3 | 100,0 | 58,4 | 100,0 |
| Belo Horizonte | % Municípios | 21,6 | 7,5 | 21,6 | 7,5 |
| | % População | 3,4 | 9,7 | 65,3 | 33,2 |
| Montes Claros | % Municípios | 61,6 | 24,9 | 5,8 | 2,3 |
| | % População | 42,1 | 32,5 | 33,2 | 4,5 |
| Teófilo Otoni | % Municípios | 45,4 | 18,3 | 4,7 | (1,9 |
| | % População | 38,3 | 21,6 | 16,5 | 1,7 |
| Governador Valadares | % Municípios | 55,2 | 15,0 | 6,9 | 1,9 |
| | % População | 29,6 | 10,5 | 47,4 | 3,0 |
| Ipatinga | % Municípios | 36,4 | 7,5 | 11,4 | 2,3 |
| | % População | 11,1 | 5,2 | 35,8 | 3,0 |
| Juiz de Fora | % Municípios | 16,4 | 11,3 | 24,7 | 16,8 |
| | % População | 9,3 | 10,0 | 59,6 | 11,3 |
| Barbacena | % Municípios | 6,1 | 1,4 | 46,9 | 10,8 |
| | % População | 2,0 | 0,7 | 64,4 | 4,1 |
| Varginha | % Municípios | 3,7 | 1,4 | 42,7 | 16,4 |
| | % População | 0,6 | 0,5 | 68,3 | 9,1 |
| Pouso Alegre | % Municípios | 2,5 | 0,9 | 43,8 | 16,4 |
| | % População | 0,4 | 0,2 | 67,7 | 7,1 |
| Divinópolis | % Municípios | 16,4 | 4,7 | 34,4 | 9,8 |
| | % População | 3,5 | 2,1 | 56,4 | 6,0 |
| Uberaba | % Municípios | 10,3 | 1,4 | 31,0 | 4,2 |
| | % População | 2,0 | 0,7 | 68,4 | 4,5 |
| Uberlândia | % Municípios | 20,8 | 2,4 | 37,5 | 4,2 |
| | % População | 4,6 | 2,5 | 85,1 | 8,1 |
| Patos de Minas | % Municípios | 20,6 | 3,3 | 35,3 | 5,6 |
| | % População | 10,0 | 3,8 | 69,7 | 4,7 |

Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [2005].
Elaboração própria.

Nota: BH: Belo Horizonte. IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. MG: Minas Gerais. RGInt: Região Intermediária.

3.1 O índice IMRS e suas dimensões: possibilidades de análise e alguns resultados

Quando se consideram os índices das dimensões que compõem o IMRS, a situação da RGInt de Belo Horizonte se mostra relativamente pior em duas delas – saúde e segurança pública. Nesta última dimensão, por exemplo, 94,9% de sua população vive em municípios com os piores índices do IMRS do estado. Está localizada em 56,8% dos municípios da RGInt (vide coluna “carência (%) municipal” na dimensão segurança pública).

E mais ainda: quando consideramos os municípios com os melhores índices de segurança pública do estado, apenas 0,4% da população da RGInt vive neles, o que representa apenas 12,2% de seus municípios constituintes. Em Minas Gerais, esses últimos valores são de, respectivamente, 7,9 e 25%. Em outras palavras, a questão da segurança pública pode ser considerada como um problema maior na região que no estado como um todo.

Por outro lado, os índices da RGInt se mostram relativamente melhores que os do estado de Minas Gerais em outras dimensões: educação, saneamento e meio ambiente, cultura e esporte e vulnerabilidade. Nesta última dimensão, 85,5% da população da RGInt vive em municípios afluentes, o que corresponde a 37,8% de seus municípios (TABELA 3).

Tabela 3: Carência e afluência em termos municipais e populacionais segundo o IMRS-2018 e os índices de suas dimensões – Minas Gerais e Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Belo Horizonte

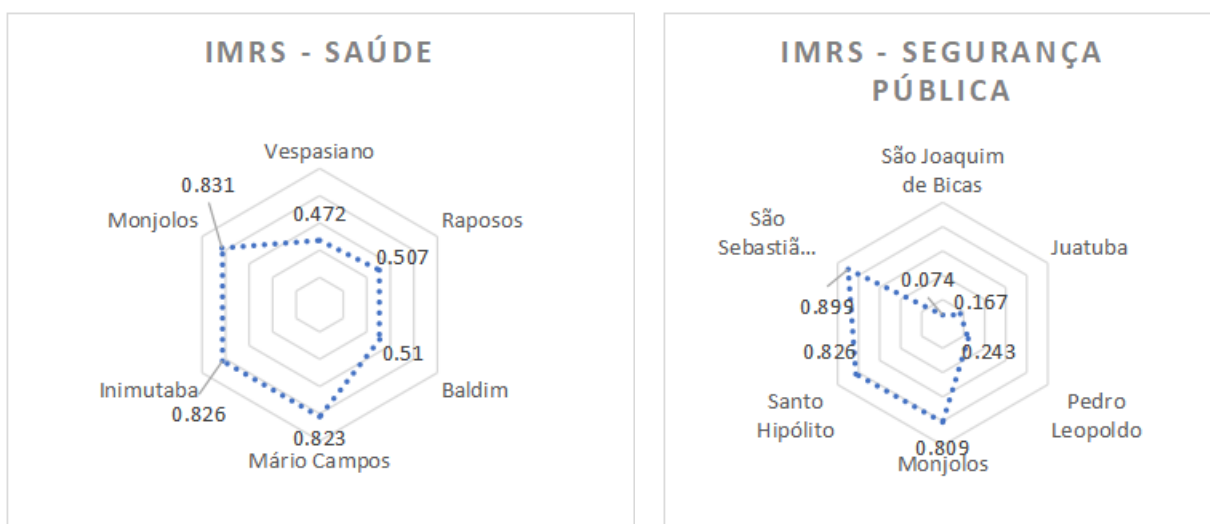
| Dimensões | Carência (%) municipal | | Carência (%) populacional | | Afluência (%) municipal | | Afluência (%) populacional | |
|-----------------------------------|------------------------|------|---------------------------|------|-------------------------|------|----------------------------|------|
| | RGInt BH | MG | RGInt BH | MG | RGInt BH | MG | RGInt BH | MG |
| IMRS | 21,6 | 25,0 | 3,4 | 10,3 | 21,6 | 25,1 | 65,3 | 58,4 |
| Saúde | 35,1 | 25,2 | 46,7 | 44,9 | 20,3 | 25,0 | 1,4 | 7,6 |
| Educação | 14,9 | 25,7 | 3,5 | 9,2 | 27,0 | 25,2 | 66,1 | 56,7 |
| Vulnerabilidade | 13,5 | 25,1 | 0,7 | 7,4 | 37,8 | 25,0 | 85,5 | 69,2 |
| Segurança Pública | 56,8 | 25,4 | 94,9 | 56,5 | 12,2 | 25,0 | 0,4 | 7,9 |
| Saneamento e Meio Ambiente | 23,0 | 25,0 | 3,2 | 9,0 | 23,0 | 25,2 | 66,7 | 53,9 |
| Cultura e Esporte | 13,5 | 25,2 | 0,5 | 7,6 | 44,6 | 25,0 | 90,8 | 69,2 |

Fonte: Adaptado de FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021c, p. 2.

Nota: BH: Belo Horizonte. IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. MG: Minas Gerais. RGInt: Região Intermediária.

Na Tabela 3, os índices sobre saúde e segurança pública chamam a atenção na RGInt. A Figura 2 aponta as informações para essas duas dimensões, explicitando os municípios que possuem os melhores e os piores índices em segurança pública e saúde. Por exemplo, quanto aos municípios com os piores índices em segurança pública, tem-se São Joaquim de Bicas, Juatuba, Pedro Leopoldo e Esmeraldas. E os que possuem os melhores índices nessa dimensão, são: São Sebastião do Rio Preto, Santo Hipólito e Monjolos. Este último município, por sua vez, está também entre os três municípios da RGInt com os melhores índices na dimensão saúde.

Figura 2: Municípios com os melhores e os piores índices do IMRS Saúde e Segurança Pública – 2018



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [2005].

Elaboração própria.

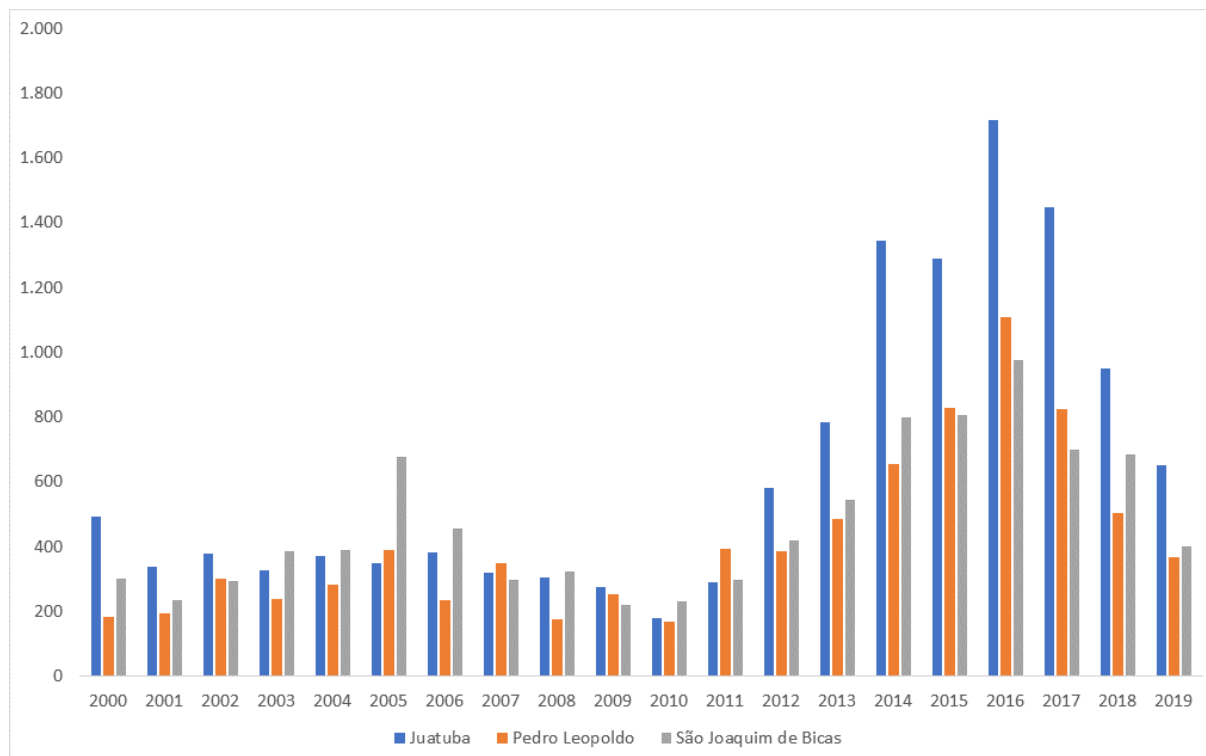
Nota: IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social.

Entre os indicadores (os três que compõem o IMRS nessa dimensão) que levam a essa pior situação da região em segurança pública, destaca-se o indicador “Taxa de crimes violentos contra o patrimônio”⁷: mais de 97% da população da região vive em municípios com as maiores taxas desse indicador (TABELA 4).

Não obstante, quando se observa os municípios que possuem os piores índices IMRS dentro dessa dimensão (Juatuba, São Joaquim de Bicas e Pedro Leopoldo), tem-se que, ao longo do tempo, sua situação mostra alguns sinais de melhoria em anos recentes, notadamente a partir de 2018 (GRÁFICO 1). Portanto, a posição relativa de cada município somente pode ser adequadamente avaliada quando se observa, por fim, a evolução temporal do indicador que compõe o índice.

⁷ Razão entre o número de ocorrências, registradas pelas polícias estaduais (militar e civil), de crimes contra o patrimônio (roubo consumado e extorsão mediante sequestro consumado), conforme definição constante em Registros de Eventos de Defesa Social (REDS) e a população do município; multiplicada por 100.000.

Gráfico 1: Taxa de crimes violentos contra o patrimônio: municípios selecionados – 2018



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [2005].

Elaboração própria.

Essa breve análise da dimensão segurança pública aponta para uma das potencialidades do IMRS, a saber, através de uma síntese, nos levar a investigação de determinados fenômenos da região em análise. Estudos semelhantes podem ser efetuados com outros indicadores para se averiguar situações mais específicas dentro da RGInt. A Tabela 4 aponta alguns caminhos nessa direção elencando todos os indicadores que possuem, proporcionalmente, mais municípios com as piores taxas dentro da região (carentes) comparativamente ao estado. A partir da tabela, outros indicadores específicos podem ser investigados, mas por razões de tempo e escopo deste trabalho, não será possível abarcar todos eles.

Tabela 4: Distribuição dos indicadores componentes do IMRS que possuem as piores taxas da Região Intermediária (RGInt) de Belo Horizonte por dimensão em termos populacionais e municipais (Carência municipal e populacional) em comparação com Minas Gerais: IMRS-2018

| Dimensão | Indicador | Carência municipal | | Carência populacional | |
|-----------------------------------|--|--------------------|--------|-----------------------|--------|
| | | Região (%) | MG (%) | Região (%) | MG (%) |
| Saúde | População atendida pela estratégia de saúde da família | 43,2 | 25,0 | 92,2 | 67,8 |
| | Cobertura vacinal pentavalente para menores de 1 ano | 43,2 | 25,0 | 90,9 | 60,7 |
| | Nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal | 33,8 | 25,0 | 90,9 | 60,7 |
| | Internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outra microrregião | 28,4 | 25,0 | 23,4 | 16,2 |
| | Mortalidade por câncer de colo de útero | 27,0 | 25,0 | 8,0 | 15,0 |
| Segurança pública | Crimes violentos contra o patrimônio | 70,3 | 25,0 | 97,7 | 65,0 |
| | Homicídios dolosos | 48,6 | 25,0 | 44,7 | 28,6 |
| Saneamento e Meio Ambiente | População urbana em domicílios com abastecimento de água (rede) | 29,7 | 25,0 | 19,5 | 23,1 |
| Educação | Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental | 32,4 | 25,0 | 8,9 | 15,1 |
| | Distorção idade-série no Ensino Médio | 32,4 | 25,1 | 10,2 | 12,2 |
| | Docentes com formação adequada no Ensino Fundamental | 29,7 | 25,0 | 17,2 | 15,3 |
| | Docentes com formação adequada no Ensino Médio | 29,7 | 25,1 | 3,5 | 8,7 |
| Vulnerabilidade | Pessoas em situação de vulnerabilidade pelas condições de saneamento básico | 28,4 | 25,0 | 4,5 | 14,4 |
| | Indicador de Desenvolvimento de Centros de Referência da Assistência Social (IDCRAS) | 29,7 | 27,2 | 29,5 | 28,7 |
| Cultura e Esporte | Existência de bibliotecas | 8,1 | 7,3 | 0,7 | 2,3 |

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021c, p. 3.

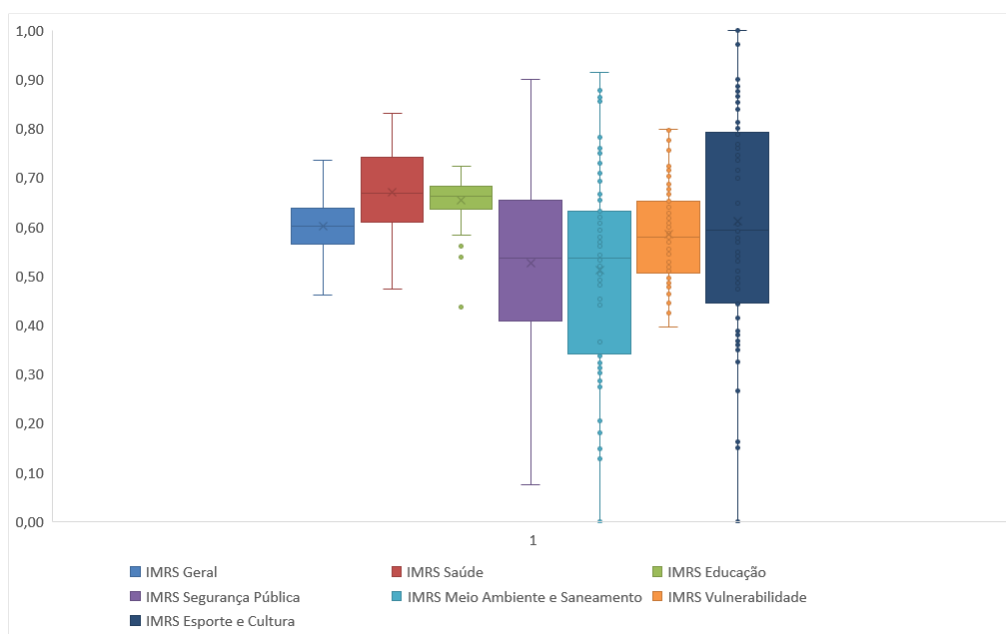
Nota: BH: Belo Horizonte. IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. MG: Minas Gerais. RGInt: Região Intermediária

4 ALGUMAS ESPECIFICIDADES DAS DIMENSÕES DO IMRS NA RGINT DE BELO HORIZONTE

Quando se analisa a distribuição das dimensões do IMRS dentro da região, observa-se que essas possuem grande variabilidade entre si, quando comparadas com a distribuição do IMRS. Conforme assinala o Gráfico 2 (*boxplot*), as dimensões esporte e cultura; meio ambiente e segurança pública têm municípios com índices com grande variabilidade entre si, ou seja, apresentam realidades muito distintas quando se consideram esses diferentes aspectos. A dimensão educação, seguida da dimensão saúde apresentam uma distribuição bem mais uniforme em relação às demais. Essa distribuição dos municípios da RGInt de Belo Horizonte dentro das dimensões do IMRS apresenta, também, comportamento semelhante ao do estado como um todo, conforme pode ser visualizado no Apêndice B.

No gráfico de *boxplot*, os limites inferior e superior de cada haste representam, respectivamente, os menores e os maiores valores do IMRS geral e suas dimensões. Portanto, quanto maiores essas hastes, maior a variabilidade dos índices em cada dimensão.

Gráfico 2: Distribuição dos índices IMRS 2018 por dimensão e o índice geral: Municípios da Região Intermediária (RGInt) de Belo Horizonte



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [2005].

Elaboração própria.

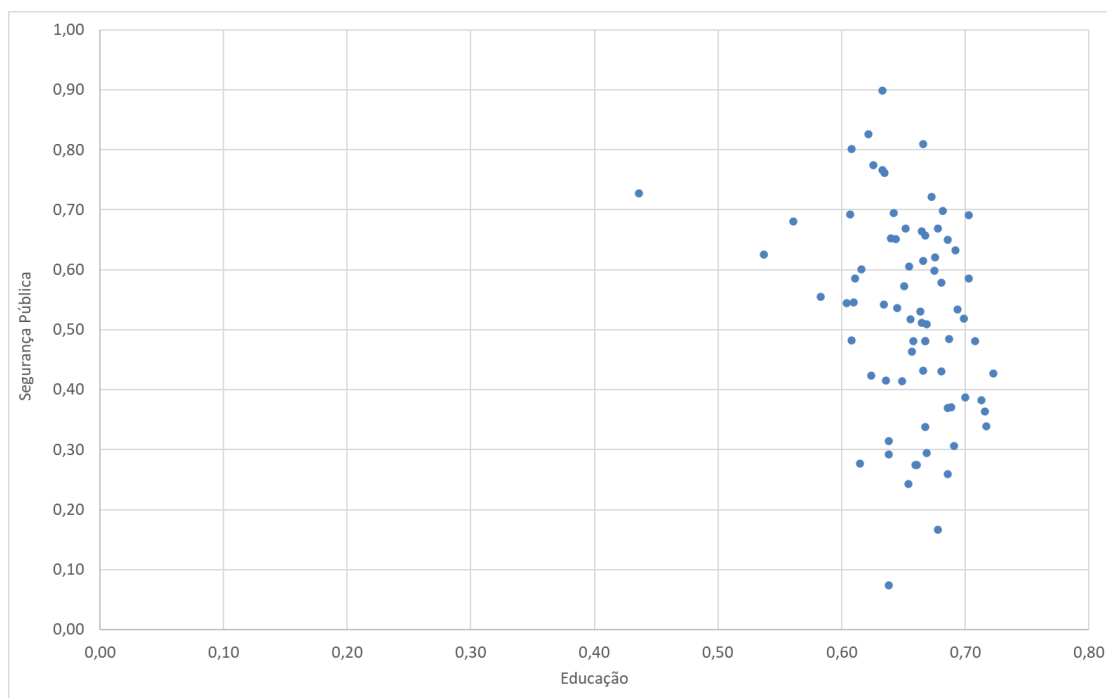
Nota: BH: Belo Horizonte. IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. MG: Minas Gerais. RGInt: Região Intermediária

Nesse aspecto, considerando a questão da variabilidade das distribuições dos índices municipais por dimensão, observa-se, ainda, que não há uma correspondência em termos desses

aspectos. Ou seja, por exemplo, existem municípios com níveis educacionais semelhantes, com pontuações variadas em termos de segurança pública (GRÁFICO 3), o que aponta para as características multifacetadas que cada temática envolve. Apontando, assim, que cada tema é complexo e precisa ser retratado continuamente dentro de seu campo de estudos e pesquisas, evitando-se reducionismos.

Por outro lado, faz-se necessário um diálogo transversal entre os campos de atuação, pois mesmo um excelente desempenho em uma determinada temática poderá, ao fim e ao cabo, ter seu alcance limitado pela carência em outra dimensão. Como exemplo, seria possível investigar se municípios com piores índices de segurança pública não possuem, em seus territórios, localidades com piores taxas de desempenho educacional. Assim, mesmo que na média o município apresente bons resultados em todo o seu território em termos educacionais, a elevada presença de criminalidade poderia prejudicar uma parcela dos jovens a terem um adequado acesso à educação.

Gráfico 3: Relação entre as dimensões Segurança Pública e Educação no IMRS 2018: Região Intermediária (RGInt) de Belo Horizonte



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [2005].

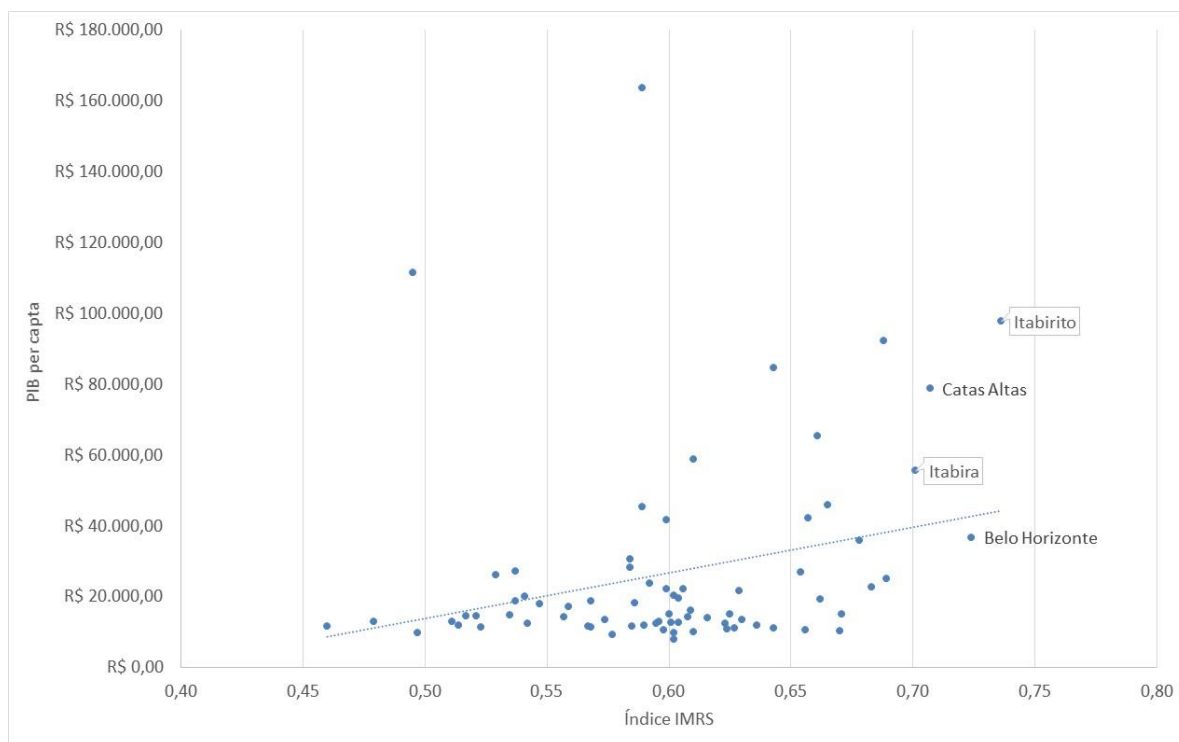
Elaboração própria.

Nota: BH: Belo Horizonte. IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. MG: Minas Gerais. RGInt: Região Intermediária.

5 BREVE DISCUSSÃO SOBRE OS FATORES QUE PODEM ESTAR RELACIONADOS À DINÂMICA DO ÍNDICE IMRS: PROSPECÇÃO PARA ESTUDOS FUTUROS E LIMITAÇÕES DO ÍNDICE

Muitos são os fatores relacionados à posição dos municípios dentro do IMRS, ou os fatores que promovem melhorias na qualidade das condições de vida da população. De uma forma mais simplista, é possível dizer que a riqueza dos municípios seria um importante fator explicativo. Não obstante, quando se relaciona, por exemplo, o IMRS ao PIB per capita, verifica-se que há uma baixa correlação entre ambos ($IC=0,27$). No Gráfico 4, observa-se que municípios com PIB *per capita* semelhantes possuem variações significativas entre os seus índices IMRS. Por exemplo, tem-se municípios com PIB per capita inferiores a R\$40.000,00 com índices IMRS variando entre 0,45 e 0,65. Isso indica que existem muitos outros fatores a explicar melhor a posição de um determinado município no IMRS, que aqueles estritamente relacionados a seu desempenho econômico.

Gráfico 4: Relação entre o índice IMRS 20181 e o PIB per capita dos municípios da Região Intermediária (RGInt) de Belo Horizonte



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [2005].

Elaboração própria.

Nota: BH: Belo Horizonte. IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. MG: Minas Gerais. PIB: Produto Interno Bruto. RGInt: Região Intermediária.

Alguns desses fatores podem estar ligados à questão de uma adequada gestão do município. Ou seja, mesmo em municípios menos ricos, uma boa gestão dos recursos provavelmente seria um

dos fatores determinantes para a melhoria da qualidade de vida da população, sejam esses recursos humanos, financeiros, orçamentários, de planejamento, de utilização de recursos digitais, melhor utilização de incentivos tributários etc. (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005). Ademais, a natureza das atividades econômicas no território pode ser um fator relevante para a compreensão das condições de vida de sua população. Mesmo a presença de incentivos para que empresas executem ações sociais e/ou ações que gerem a preservação do meio ambiente devem ser considerados. Outro elemento a destacar diz respeito à relevância em termos da participação popular, notadamente na forma de conselhos e organizações não governamentais (GOHN, 2002).

Certamente, há uma série de outros fatores, não aqui relacionados, que podem conferir uma melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, dado que existem outras esferas de governo envolvidas, tais como: governos estadual e federal, além do papel das empresas e das universidades. Há ainda o papel das instituições locais específicas, como associações comerciais, de moradores etc., bem como vantagens comparativas próprias, como recursos naturais. Em suma, a realidade local pode influir invariavelmente sobre as condições de vida de cada município, sendo de difícil observação todos os elementos envolvidos. Assim, estudos específicos de natureza mais qualitativa sobre cada município se fazem necessários para se compreender a natureza e complexidade de cada território.

Por fim, cabe ressaltar que como toda simplificação, o índice também possui limitações, algumas das quais estão aqui registradas. Primeiro, pode-se apontar que a normalização resulta em um *ranking* entre os municípios. Portanto, trata-se de uma melhor posição relativa entre os municípios e não de uma medida absoluta. Em segundo lugar, como os indicadores que compõem o IMRS têm sido modificados a cada edição, não podem ser comparados intertemporalmente. Em terceiro lugar, como representa medidas relativas, esse índice não permite que sejam calculadas médias ou qualquer outra métrica estatística entre municípios de uma mesma região: as informações são exclusivamente municipais. É possível apontar, ainda, que por se tratar de uma medida municipal, também não reflete as diferenças que existem dentro de cada município. Ou seja, o índice não permite captar nuances intramunicipais.

Ademais, embora o termo responsabilidade social não esteja relacionado apenas à esfera governamental (empresas e sociedade civil têm relevante papel de atuação), os indicadores estão mais estritamente relacionados a essa esfera, dada a dificuldade de se obter dados que captem o papel dos demais atores envolvidos (IMRS), bem como pela delimitação temática auferida pela própria Lei que o criou. Para uma compilação mais detalhada sobre limitações e também as potencialidades características de indicadores sintéticos, para aplicações em políticas públicas, ver Guimarães e Jannuzzi (2004, 2005).

6 CONCLUSÕES

O IMRS, embora congregue dimensões que dizem respeito à qualidade das condições de vida municipais, permite também analisá-las de forma distinta e separada. Esse índice sintético fornece um “resumo ao olhar” permitindo observar em quais dessas dimensões mais esforços merecem ser providos em termos de políticas públicas, a fim de melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos. Constitui, em suma, uma porta de entrada para pesquisas mais aprofundadas ou um esforço de síntese, para a posterior realização de uma análise mais direcionada.

Muito embora todas essas dimensões sejam interligadas e precisem ser pensadas de forma conjunta – notadamente em termos da formulação e implementação de políticas públicas – cada uma possui suas especificidades e necessitam ser trabalhadas dentro um campo de atuação que envolve um corpo de conhecimento e prática relacionado a cada área. É importante pensar estrategicamente e manter sempre um corpo técnico com conhecimento específico em cada área, deixando o diálogo aberto entre todas as equipes técnicas para se chegar a um objetivo comum, consistente e que gere valor à sociedade como um todo.

Outro aspecto a ser considerado é que não basta que determinado município seja rico para que isso reverbere em termos de qualidade de vida a toda população. Como nos diz Furtado (1961), é possível crescer e possuir bolsões de alto dinamismo econômico sem que uma grande parcela da população seja beneficiada desses ganhos. É urgente que formuladores de políticas públicas estejam alertas quanto à questão de uma adequada utilização dos recursos públicos disponíveis, e que a população esteja atenta não apenas no momento do voto, conferindo o poder da gestão em mãos competentes, como também no acompanhamento das ações desses governantes. É também importante observar de perto o compromisso que as empresas têm com as questões ambientais e sociais, fazendo valer o poder conferido pelo consumo.

Para a RGInt de Belo Horizonte, apesar de seu elevado dinamismo econômico, fica clara, pela análise aqui empreendida, a necessidade de uma ação mais assertiva do poder público em termos da segurança pública, saúde e outros aspectos mais pontuais em educação e na questão da vulnerabilidade. Isso demanda a presença de corpo técnico de qualidade nessas áreas em constante diálogo. Contudo, cumpre assinalar novamente que a métrica oferecida pelo IMRS constitui uma medida relativa. Análises de cada indicador, bem como sua evolução temporal em cada município, aliadas também a pesquisas de cunho qualitativo, precisam ser adotadas conjuntamente para uma tomada de decisão mais contundente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais**. Base de dados estatísticos do Programa de Disseminação de Estatística e do Trabalho. Brasília, DF, c2008. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. Coordenação de Indicadores Sociais. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Belo Horizonte: FJP, [2005]. Plataforma eletrônica desenvolvida por pesquisadores da Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatísticas e Informações. Coordenação de Análise Insumo-Produto. Comércio internacional da região geográfica intermediária Belo Horizonte. **Informativo Fjp**⁸, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, mar. 2021a. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/15.04_Inf_CAIP_Comex_02_2021.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatísticas e Informações. Coordenação de Contas Regionais. Produto Interno Bruto da região geográfica intermediária de Belo Horizonte. **Informativo Fjp**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3. mar. 2021b. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/15.04_Inf_CCR_PIBMunic_03_2021.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatísticas e Informações. Coordenação de Indicadores Sociais. A situação da região geográfica intermediária de Belo Horizonte segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social de 2018. **Informativo Fjp**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, mar. 2021c. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/22.03_Inf_CIS_03_2021.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, [1961]. 268 p.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, n. 7, p. 9-31, [jan./jun.] 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9257/6867>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 73-90, maio 2005. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/136/120>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu, MG, **Trabalho apresentado [...]**. Caxambu, MG: ABEP, 2004. p. 1-18. [Sessão temática, 45]. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1451/1416>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

⁸ As referências relativas a fascículos do BOLETIM FJP tiveram sua entrada por FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO a fim de concentrar as publicações da FJP facilitando a busca do leitor.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. Diretoria Executiva. Assessoria de Assuntos Econômicos. **Indicadores de propriedade intelectual**: 2019: o uso do sistema de propriedade industrial no Brasil. Rio de Janeiro: INPI, 2020. 55 p. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/aceso-a-informacao/pasta-x/boletim-mensal/arquivos/documentos/indicadores-de-pi_2019.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; INOJOSA, Rose Mari; KOMATSU, Suelly. Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. *In*: CONCURSO DE ENSAYOS DEL CLAD: El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública : Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones, 11, 1997, Caracas. **Trabalho apresentado [...]**. Caracas, CLAD, 1997. p. 1-75. Disponível em: http://150.162.8.240/PNAP_2013_2/Modulo_4/Organizacao_processos_tomada_decisao/material_didatico/textos/Descentraliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20intersetorialidade%20na%20gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20municipal.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. O poder político em Minas Gerais. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 91-124, jan./abr. 1987. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=51521&codUsuario=0>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MINAS GERAIS. **Lei nº 15.011, de 15 de janeiro de 2004**. Dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual, altera a Lei nº 14.172, de 15 de janeiro de 2002, que cria o índice mineiro de responsabilidade social, e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 2004. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15011&ano=2004>. Acesso em: 26 ago. 2021.

REZENDE, Amaury José; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 24-40, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/75/36>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SENRA, Nelson de Castro. A questão dos registros administrativos vis-à-vis a geração de estatísticas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 199-205, 1996. Disponível em: https://rebeop.org.br/revista/article/view/437/pdf_412. Acesso em: 25 ago. 2021.

APÊNDICE A – INDICADORES E PESOS DOS INDICADORES QUE COMPÕEM O IMRS

(Continua)

| DIMENSÕES | Peso no IMRS | INDICADORES | Peso na dimensão (%) | Peso no IMRS (%) |
|---|--------------|---|----------------------|--|
| Saúde | 20 | Taxa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis | 12,5 | 2,5 |
| | | Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero | 12,5 | 2,5 |
| | | Cobertura vacinal de pentavalente em menores de 1 ano | 12,5 | 2,5 |
| | | Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal | 12,5 | 2,5 |
| | | Proporção da população atendida pela Estratégia de Saúde da Família | 12,5 | 2,5 |
| | | Proporção de óbitos por causas mal definidas | 12,5 | 2,5 |
| | | Proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária (portaria N.º 221 de 17 de abril 2008) | 12,5 | 2,5 |
| | | Proporção das internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outra microrregião | 12,5 | 2,5 |
| | | Educação | 20 | Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo |
| Índice de Qualidade Geral da Educação | 11,5 | | | 2,3 |
| Taxa de distorção idade-série dos anos finais do Ensino Fundamental | 11,5 | | | 2,3 |
| Taxa de distorção idade-série do Ensino Médio | 11,5 | | | 2,3 |
| Percentual de docentes com formação classificada como grupo 1 na Educação Infantil | 11,5 | | | 2,3 |
| Percentual de docentes com formação classificada como grupo 1 nos anos iniciais do Ensino Fundamental | 11,5 | | | 2,3 |
| Percentual de docentes com formação classificada como grupo 1 nos anos finais do Ensino Fundamental | 11,5 | | | 2,3 |
| Percentual de docentes com formação classificada como grupo 1 no Ensino Médio | 11,5 | | | 2,3 |
| Taxa de atendimento da educação básica | 11,5 | | | 2,3 |
| Segurança Pública | 15 | Taxa de ocorrências de homicídios dolosos (instituições de segurança pública) | 33,4 | 5,0 |
| | | Taxa de crimes violentos contra o patrimônio | 33,3 | 5,0 |
| | | Habitantes por policial militar | 33,3 | 5,0 |

APÊNDICE A – INDICADORES E PESOS DOS INDICADORES QUE COMPÕEM O IMRS

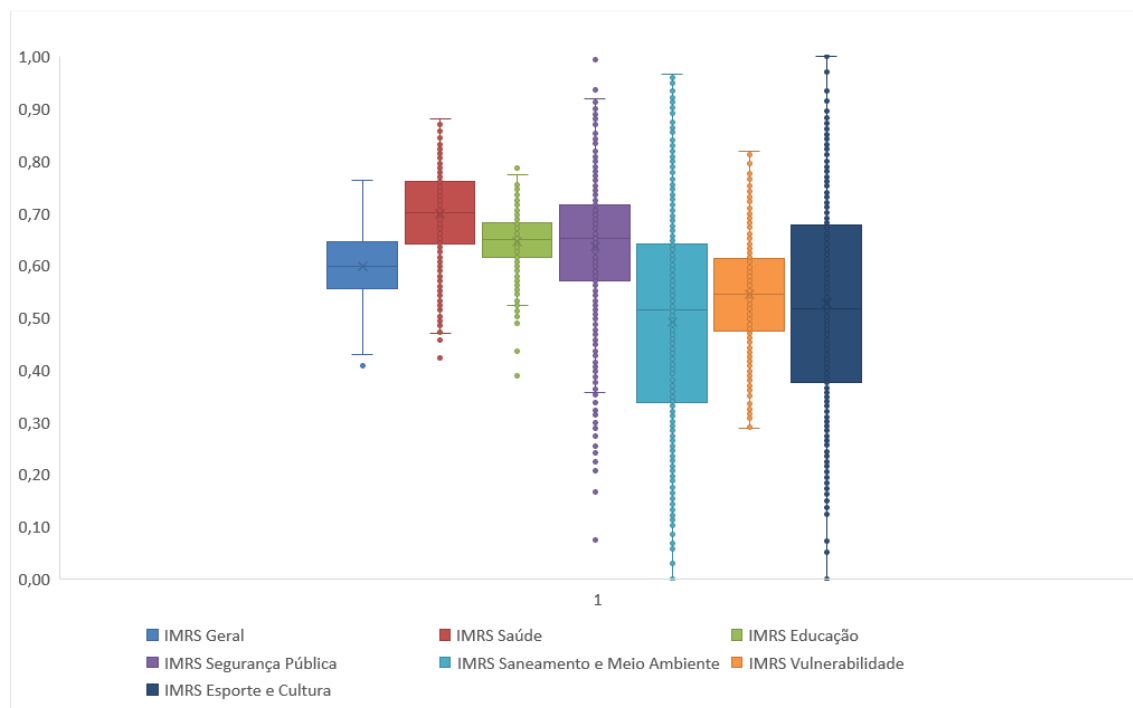
| (Conclusão) | | | | | | |
|---|--------------|---|----------------------|---|------|-----|
| DIMENSÕES | Peso no IMRS | INDICADORES | Peso na dimensão (%) | Peso no IMRS (%) | | |
| Vulnerabilidade | 15 | Percentual da População no Cadastro Único | 10,0 | 1,5 | | |
| | | Percentual da população pobre ou extremamente pobre no Cadastro Único em relação a população total do município | 10,0 | 1,5 | | |
| | | Percentual de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família | 10,0 | 1,5 | | |
| | | Percentual de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação do Cadastro Único | 10,0 | 1,5 | | |
| | | Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever e a população nessa faixa etária no Cadastro Único | 10,0 | 1,5 | | |
| | | Percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade pelas condições de saneamento básico | 10,0 | 1,5 | | |
| | | Taxa de emprego no setor formal | 10,0 | 1,5 | | |
| | | Indicador de Desenvolvimento do Conselho Municipal de Assistência Social (IDConselho) normalizado | 10,0 | 1,5 | | |
| | | Indicador de Desenvolvimento de Centros de Referência da Assistência Social (IDCRAS) médio normalizado | 10,0 | 1,5 | | |
| | | Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (IDCREAS) normalizado | 10,0 | 1,5 | | |
| | | Percentual da população urbana em domicílios com abastecimento de água (rede) | 17,0 | 2,6 | | |
| | | Saneamento e Meio Ambiente | 15 | Percentual da população urbana em domicílios com esgotamento sanitário (rede) | 17,0 | 2,6 |
| | | | | Percentual de esgoto tratado | 17,0 | 2,6 |
| Percentual da população urbana atendida com coleta direta de lixo | 17,0 | | | 2,6 | | |
| Disposição final do lixo coletado | 17,0 | | | 2,6 | | |
| Índice de Esforço de Gestão das Políticas de Saneamento Básico | 15,0 | | | 2,3 | | |
| Existência de biblioteca | 15,0 | | | 2,3 | | |
| Cultura e Esporte | 15 | Pluralidade de equipamentos culturais exceto biblioteca | 15,0 | 2,3 | | |
| | | Existência de banda de música | 15,0 | 2,3 | | |
| | | Pluralidade de grupos artísticos | 15,0 | 2,3 | | |
| | | Gestão e preservação do patrimônio cultural | 15,0 | 2,3 | | |
| | | Percentual de alunos em escolas com quadra de esporte | 25,0 | 3,8 | | |

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO [2005].

Nota: IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. RGInt: Região Intermediária.

APÊNDICE B

Gráfico B1: Distribuição dos índices IMRS 2018 por dimensão e o índice geral – municípios do estado de Minas Gerais



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO [2005].

Elaboração própria.

Nota: IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social.